

Filosofia e a instituição da sociedade e da religião em Cornelius Castoriadis: entre a autonomia e a heteronomia

Evandson Paiva Ferreira¹

e-mail: evandsonpaiva@ibest.com.br

Vivemos num momento histórico em que muito se tem falado sobre o ressurgimento do fenômeno religioso, seja com movimentos de renovação dentro das religiões tradicionais, seja com o surgimento de novas formas de expressão religiosa. Todavia, vivendo numa sociedade que reduz tudo, pessoas, valores e instituições, à mera condição de mercadoria, também a religião não escapa ao *marketing* e se vê forçada muitas vezes, em nome de sua própria sobrevivência, a seguir as regras do jogo, a se apresentar como mais um produto a ser adquirido no ilusório mundo do *pseudo-mercado*. Mas, podemos nos perguntar, submetida a essa lógica, poderá a religião manter-se fiel à questão do sentido da existência humana sem, contudo, reduzir-se a uma representação grosseira de *auto-ajuda*? E ainda, nascida da necessidade do homem em dar uma certa estabilidade e ordem ao mundo, a religião não corre o risco de perder a sua força de interrogação e transformar-se em apenas mais um produto, uma *coisa* entre outras, cujo sentido se encontra não mais nas interrogações que provoca e nas respostas que oferece, mas no *bem-estar* que proporciona a seus *clientes*?

Ao longo da história do Ocidente, filosofia e religião tem se encontrado em vários momentos, pondo questões entre si, interrogando-se mutuamente, porém, mantendo suas especificidades. Nesse trabalho procuro estabelecer mais uma vez essa relação. Baseando-me na reflexão filosófica de Cornelius Castoriadis, procuro mostrar como esse filósofo pensa a questão da instituição da sociedade e da religião confrontada às exigências da filosofia e da democracia. Para ele, concomitante ao nascimento da filosofia está o nascimento da democracia, isto é, da ruptura com o fechamento e heteronomia representada pelas religiões. Castoriadis, ao pôr em questão a instituição da sociedade, provoca nossa inteligência para pensarmos, a partir dele, os limites

¹ Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás.

da sociedade contemporânea em interrogar a si mesma. Na crítica que faz ao homem moderno, segundo ele, um *indivíduo privatizado*, reduzido à mera satisfação dos seus interesses individuais, sem qualquer interesse em participar do espaço público, nos ajuda a elucidar esse novo fenômeno religioso centrado na satisfação do *fiel* consumidor. Crítico radical das instituições religiosas, Castoriadis nos convida a criticar nossa própria sociedade, o modo como pensamos e vivemos a religião, tudo isso à luz de um projeto de autonomia, que tem na democracia não apenas um regime político de participação nas eleições, mas apresentação/reconhecimento da origem das significações sociais, de sua auto-instituição.

Ao longo de sua vida intelectual, Castoriadis dedicou-se em pensar a instituição da sociedade e o sentido das criações históricas à luz daquilo que ele denominou *imaginário radical*, isto é, o modo como a humanidade emerge do Caos, do Abismo, do Sem-fundo, diferentes palavras que tentam elucidar a capacidade humana de organizar o mundo da natureza, fazendo dela sua morada simbólica. A princípio completamente inapta à vida, a humanidade foi capaz de romper com o fechamento da organização regulada do vivente, com o fluxo representativo, essencialmente monádico, cuja tendência é a de tudo reportar a si mesmo. Uma psiquê que se mantivesse nesse nível de fechamento seria levada necessariamente à morte. Todavia, a espécie humana é capaz de ir além do aspecto meramente funcional da existência, abrindo-se ao espaço da criatividade, construindo e reconstruindo continuamente seu universo simbólico.

A instituição permite a sobrevivência da psique ao impor-lhe a forma social do indivíduo, ao lhe propor e impor uma outra origem e outra modalidade do sentido: a significação imaginária social, a identificação mediatizada com esta (com suas articulações), a possibilidade de tudo reportar a ela. (Castoriadis, 2002, p. 385-386)

A instituição da sociedade é a primeira resposta dada à questão de como organizar a vida, de como garantir a sobrevivência da espécie humana frente ao Abismo do qual ela emergiu. A questão do sentido, desde então, está posta à humanidade, desafiando-a, provocando sua inteligência a buscar, incessantemente, respostas e explicações que dêem conta da realidade humana. De acordo com Castoriadis, é a instituição que confere sentido aos

acontecimentos da vida social, cabe a ela manter encoberto o Caos, garantir a coesão e o sentido dos valores, dos hábitos, de tudo aquilo que mantém a ordem da morada humana. Mas Castoriadis lembra que o Caos foi apenas encoberto, ele não foi definitivamente superado. Continua aí, e é com ele que a humanidade deve lidar constantemente. Como, então, manter a instituição da sociedade segura diante da ameaça permanente da emergência do Caos? Como conviver com a sempre presente ameaça às significações do mundo? Para Castoriadis a resposta que as sociedades deram foi sempre a de ocultação da temporalidade criadora, ou seja, ocultação do fato de que o mundo humano foi criado pelo próprio homem, e que sua marca é a instabilidade e a auto-alteração. E como as sociedades realizaram tal artifício? Buscando explicar e descrever o mundo como algo, desde seu primeiro instante, já pronto, acabado, determinado, criado de uma vez por todas e cuja razão de ser não está nele mesmo, mas noutro lugar, numa força extra-social, seja ela Deus/deuses ou na própria Natureza.

Mas o mundo – o ser – é essencialmente Caos, Abismo, Sem-fundo. Ele é alteração e auto-alteração. É somente por isso que ele também está sempre *por-ser*, ele é temporalidade criadora-destruidora. A significação, ao estabelecer-se como tal e ao redescobrir tudo – o que ela é obrigada a fazer para responder às exigências da psique que ela socializa –, renunciou a engendrar para si o nicho ecológico estreito no e pelo qual vive o animal, que se dá existência e sentido àquilo cuja existência e cujo sentido já está, para ele, funcionalmente assegurados. Por isso, a significação sempre corre o risco de se deparar sem apoio perante o Caos, de não poder remendar os rasgos de seu recobrimento do ser. (Castoriadis, 2002, p. 388)

A origem da sociedade está nela mesma, pois ela é criação, é autocriação, manifestação da indeterminação do *ser*, de tal modo que não tem sentido buscar a sua origem, os seus fundamentos, os seus fins, a sua significação em outro lugar que não seja ela mesma. O problema apontado por Castoriadis é que as sociedades procuram fazer o contrário disso. Ele afirma que há uma apresentação/ocultação do Caos, isto é, a humanidade recria o Caos como uma modalidade de relacionamento, reconhece sua existência e a instabilidade que representa, mas o oculta, dando a impressão de que a estabilidade está garantida de uma vez por todas. Para Castoriadis é isso que acontece na religião, apresenta e ao mesmo tempo oculta o Caos.

A instituição heterônoma da sociedade e a religião são essencialmente idênticas. Ambas visam ao mesmo objeto e pelos

mesmos meios. Elas não visam apenas à organização da sociedade, mas procuram dar *uma* significação ao ser, ao mundo e à sociedade, mais ainda, dar-lhes a *mesma* significação. Elas *devem* mascarar o Caos, e particularmente o Caos em que consiste a própria sociedade. Elas o mascaram ao reconhecê-lo infundadamente, pela sua apresentação/ocultação, ao fornecer-lhe uma Imagem, uma Figura, um Simulacro.” (Castoriadis, 2002, p. 394)

De acordo com Castoriadis, a religião não é um desvio, ou um estágio a ser superado, mas uma “necessidade”, um recurso que garantiu, e ainda garante, dar respostas às questões sobre o sentido da existência humana. O que é objeto de crítica por parte desse filósofo é o fato de que as respostas dadas possuem um caráter heterônomo, quer dizer, não são capazes de ir até o fim na radicalidade do enigma da existência. Num certo sentido, a religião, tal como o faz a filosofia, entra no labirinto do pensamento, mas só vai até determinado ponto. Diante da “incerteza das sombras”, prefere “os contornos nítidos das próprias coisas.” (Castoriadis, 1997, p. 10) Sendo o homem um ser que foi além da simples animalidade, ele é confrontado com o enigma do Abismo, com questões sobre o nascimento, a morte, os sonhos, o desejo, o acaso e o destino e a temporalidade. Questões postas desde sempre ao homem cuja significação não podia ser encontrada de forma imediata no mundo natural, mas para além dele, na esfera da criação humana. A humanidade se constituiu como sociedade ao instaurar esse espaço, em que as representações são compartilhadas, postulando *fins*, *valores*, *normas*, *identidade*, respondendo ao *por quê* e ao *para quê* da existência. Respostas que não podem ser encontradas na “existência real”, tal como uma lei da física, mas são criações imaginárias.

A humanidade não pode ser confinada à sua existência “real”. Isto quer dizer que ela tem a experiência do Abismo, ou que o Abismo se impõe a ela. Ao mesmo tempo, ela até agora foi incapaz de simplesmente aceitar essa experiência. Isso pode parecer paradoxal, mas torna-se evidente após uma reflexão: a religião sempre respondeu, desde o início, à incapacidade que os homens têm de aceitar aquilo que, inapropriadamente, se denominou “transcendência”, isto é, de aceitar o Caos e aceitá-lo *enquanto* Caos, de enfrentar, de pé, o Abismo. Aquilo que se pôde denominar a necessidade de religião corresponde à recusa da humanidade a reconhecer a alteridade absoluta, o limite da toda significação estabelecida, o avesso inacessível que se constitui para cada direito a que se chega, a morte que se aloja em cada vida, o não-sentido que cerca todo sentido e nele penetra. (Castoriadis, 2002, p. 399)

É na religião que o homem realiza, mesmo que procurando ocultar, a experiência do Abismo, pois tal experiência confirma que o homem não é

apenas um ser “natural”, nem funcional. Nesse sentido, Castoriadis chama a atenção para uma aparente contradição, muitas vezes vista como insuperável. A de que por um lado, ao criar a transcendência, ao por numa realidade extra-social a razão de ser da sociedade, a humanidade reconhece a irredutibilidade da dimensão humana ao “empírico”, confirmando que o mundo das coisas não esgota o humano. Parece ser esse um dos compromissos da religião, apontar um aspecto da humanidade que supera as mais variadas formas de determinações. Mas, por outro lado, há também o encobrimento do Abismo, o qual é a própria sociedade, de modo que, mesmo não sendo redutível ao “real”, é negado à sociedade o poder de criação, de auto-alteração.

Qual a origem, a causa, o fundamento da instituição (isto é, da sociedade)? Qual é seu *para quê*, sua razão de ser? A religião sempre respondeu a essa questão dizendo que a instituição da sociedade procede da mesma “origem” que todas as outras coisas, que ela possui, portanto, a mesma solidez e o mesmo fundamento que o mundo inteiro e as coisas que o povoam, e uma finalidade articulada à deles. Ela provê, assim, uma passagem ou janela para o lado de cá, reconhecendo que a sociedade, tanto quanto outra coisa qualquer, não se esgota *nisso que* ela é. E, ao mesmo tempo, ela fecha a questão, ela atribui ao ser e ao ser-assim da sociedade uma causa e uma razão de ser determinadas. Pedra angular da instituição da sociedade, veículo das significações últimas e garantia de todas as outras, a religião deve santificar, de um modo ou de outro, *tanto sua própria* origem *como* a origem da instituição da sociedade da qual ela constitui o núcleo. (Castoriadis, 2002, p. 401-402)

Em torno de questões como essa que Cornelius Castoriadis constitui seu pensamento filosófico, chamando a atenção para a necessidade do reconhecimento do Abismo que cada um de nós traz em si, e também da necessidade de a sociedade reconhecer nele a sua origem e fundamento, o que faz dela uma sociedade instituinte, passível de sempre alterar-se, de ser sempre mais e diferente do que é. Os riscos do não reconhecimento, da auto-ocultação de seu ser, que é criação e criatividade, têm repercussões na esfera da ação. Uma sociedade marcada pela heteronomia tem no conformismo um de seus traços principais. Os indivíduos que a compõem parecem não se incomodar, nem se interrogar sobre a razão de ser do universo simbólico, não assumem a vida como um problema ou um enigma a ser elucidado. Para esse tipo de indivíduo as respostas estão dadas, não havendo lugar para a dúvida e o questionamento. Porém, o homem está sentado à beira do Abismo e não tem como evitar essa situação. É essa condição que permite à humanidade ser

sempre criativa, ter sempre a possibilidade de romper com a heteronomia e fazer existir a autonomia.

A autonomia da sociedade pressupõe, evidentemente, a admissão explícita do fato de que a instituição da sociedade é auto-instituição. No sentido literal e profundo, autônomo significa: aquele que dá a si mesmo sua própria lei. Auto-instituição explícita e reconhecida: reconhecimento pela sociedade de que ela é sua própria fonte e origem [...]

Uma sociedade autônoma é origem das significações que ela cria – de sua instituição – e ela sabe que o é. Uma sociedade autônoma é uma sociedade que explicitamente se auto-institui. Isto quer dizer que ela sabe que as significações nas quais e pelas quais ela vive e existe como sociedade são obra sua, e que elas não são nem necessárias nem contingentes. (Castoriadis, 2002, p. 405)

Para Castoriadis, o projeto da autonomia emerge como um processo que, num determinado momento, provoca uma descontinuidade dentro da vida social. Momento em que a interrogação e a contestação de suas instituições, de suas significações imaginárias, rompem a heteronomia. Embora reconheça que as sociedades heterônomas já conviviam com questões de cunho filosófico, contudo situando as respostas na esfera religiosa ou mítica, Castoriadis identifica no nascimento da filosofia, na Grécia antiga, o marco inicial da ruptura com o fechamento das significações. Ele compreende a filosofia, é preciso frisar, num sentido que vai além de um sistema de idéias ou doutrinas, mas a própria atividade do pensamento, que, ao por a si mesmo como algo a ser pensado, interroga todo o universo simbólico. Concomitantemente, Castoriadis situa o surgimento da democracia, não a entendendo como apenas um regime político, mas como uma forma de existência social, na qual a constituição das instituições sociais é assumida como responsabilidade da coletividade política.

A filosofia nascente assume as questões que faziam parte do universo simbólico religioso e mítico, sem ser mera racionalização de uma crença. Há, contudo, uma diferença essencial entre a filosofia e esse tipo de racionalização da crença. Castoriadis insiste em dizer que em filosofia não se pode aceitar nenhum tipo de injunção externa que diga até onde o pensamento pode ir, e isso porque na filosofia não há revelação, não há uma “autoridade” que diga o que é a verdade. Quem põe o limite à interrogação e às ações é o próprio pensamento.

Existe, portanto, a necessidade de parar e, a cada vez que paramos em algum ponto para pensar, isso deve ou pode ser retomado. Esta é a resposta à questão: em que a filosofia se distingue da racionalização de uma crença? E em que se distingue de um brigalhada sem fim? Ela interroga, ela não pára, mas reconhece a necessidade de parar em algum ponto, sabendo sempre que lá onde parou não há senão pontos provisórios de ancoragem que serão retomados na seqüência. (Castoriadis, 2007, p. 60-61)

Sendo assim, filosofia e democracia são identificadas como ramos da mesma árvore, de modo que não dá para pensar uma sem pensar na outra. Ambas são fruto da capacidade de criação humana, não havendo um modelo de onde foram deduzidas, pois se tratam de criações humanas, nem apresentam uma verdade revelada, encontrada num outro lugar senão no próprio mundo humano.

A criação da democracia e da filosofia, e de sua ligação, encontra uma precondição essencial na concepção grega do mundo e da vida humana, no núcleo do imaginário grego. A melhor maneira de esclarecer isto talvez seja referindo-nos às três questões nas quais Kant resumiu os interesses do homem. Quanto às duas primeiras: o que posso saber? o que devo fazer?, a discussão (interminável) começa na Grécia, mas não existe nenhuma “resposta grega”. Contudo, para a terceira questão – o que me é permitido esperar? – há uma resposta grega clara e precisa, e é um sólido e retumbante *nada*. (Castoriadis, 2002, p. 300)

É por isso que, filosofia e democracia, como instauradoras do processo de autonomia, são o oposto do que representa a religião e a heteronomia que esta representa. A autonomia só é possível numa sociedade que se reconhece como autora de suas normas. É essa mesma coletividade que deverá tomar para si a questão dos limites de suas ações. A frase de Dostoiévski “Se Deus não existe, tudo é permitido”, ganha outro sentido. Numa democracia, o regime da autolimitação por excelência, o é justamente porque não se aceita Deus como instância limitadora. É porque Deus não existe que não é permitido fazer o que quiser. Para Castoriadis, a vida humana, situada na esfera da liberdade, é um constante risco de produzir o seu contrário.

A questão dos limites para a atividade auto-instituente de uma coletividade se desdobra em duas etapas. Há um critério intrínseco da lei e para a lei? Pode-se garantir efetivamente que esse critério, seja qual for a sua definição, não será jamais transgredido?

No nível mais fundamental, a resposta a essas duas questões é um *não* categórico. Qualquer norma da norma tem que ser, também ela, uma criação histórica. E não há modo algum de eliminar os riscos de uma *hubris* coletiva. Ninguém pode proteger a humanidade contra o desatino ou o suicídio. (Castoriadis, 2002, p. 313-314)

Em diferentes textos Castoriadis expressa a preocupação com um aspecto da vida contemporânea que compromete a o projeto de autonomia. Para ele, a segunda metade do século XX foi marcada por um processo de *privatização* do indivíduo, situação em que maioria das pessoas se desinteressou pelo espaço público, recolhendo-se em seu universo particular, lugar dos interesses imediatos, do prazer total, do culto do efêmero, da ascensão da insignificância. O cidadão foi transformado em consumidor. Uma realidade que compromete o mundo comum, a vida política, a morada humana. Segundo Arendt, neste tipo de sociedade,

os homens tornam-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes. O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só lhe permite uma perspectiva. (Arendt, 2009, p. 67-68)

Tal como na Grécia antiga, ainda hoje, fazer existir o projeto de autonomia depende da ruptura com a heteronomia instituída, assumindo a sociedade como auto-instituição explícita e permanente. O indivíduo do século XXI ainda é confrontado com o desafio de romper com as várias formas de alienação que o reduz a mero consumidor de imagens. É preciso reconquistar o espaço público, reinstaurar a pluralidade dos pontos de vista, estabelecer uma nova relação da sociedade com ela mesma. Nesse sentido, o pensamento de Castoriadis nos aproxima mais uma vez da religião. Um projeto de autonomia não significa a eliminação ou substituição da religião por outra coisa, mas estabelece com ela um outro tipo de relação, orientada pela lucidez, pela crítica e pelo diálogo. Com ela ser capaz de pensar a instituição da sociedade. David afirma que o projeto de autonomia “engaja e implica o conjunto da cultura: modos de agir e de pensar, tipos antropológicos, formas institucionais, significações que dão sentido a elas, etc.” (David, 2000, p. 77)

Para Lima Vaz,

Longe de “alienar” o indivíduo, a religião opera da maneira mais radical a sua integração na realidade, e essa é talvez a explicação mais adequada da universidade antropológico-cultural do fenômeno religioso. Com efeito o homem se integra tanto mais plenamente na realidade quanto mais essa se lhe apresenta dotada de sentido e

quanto mais os sentidos parciais se ordenam na unidade de um Sentido primeiro e fundamental. (Lima Vaz, 2000, p. 283)

A autonomia é um projeto que só se torna possível se assumido coletivamente, sendo uma criação social-histórica, um modo de ser particular da sociedade, um projeto que deve interessar a todos os homens. Um projeto político de criatividade social, projeto perpétuo e sem fim.

Tudo depende do desejo e da capacidade dos homens e das mulheres de mudar sua existência social, de aceitar que são responsáveis por seu destino, de assumir plenamente essa responsabilidade. Se tudo o que dissemos tiver um significado político, ele pode ser resumido de modo bem simples. Trata-se de lembrar aos homens esta verdade elementar, que eles conhecem, mas esquecem regularmente quando se trata dos assuntos públicos: nem a expansão da economia capitalista, nem o governo, nem as leis da história, nem o Partido, trabalham *para eles*. Seu destino será o que eles quiserem e puderem fazer dele. (Castoriadis, 2006, p. 142)

Referências bibliográficas

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto I*. 2.ed. Tradução de Carmen Sylvia Guedes e Rosa Maria Boaventura. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem*. 2.ed. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Sujeito e verdade no mundo social-histórico - seminários 1986-1987: a criação humana I*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, 2007.

_____. *Uma sociedade à deriva: entrevistas e debates – 1974 - 1997*. Tradução de Cláudia Berliner. Aparecia: Idéias & Letras, 2006.

DAVID, G. *Cornelius Castoriadis: le projet d'autonomie*. Paris : Éditions Michalon, 2000.

LIMA VAZ, H. C. *Escritos de filosofia II: ética e cultura*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2000.